

CONTAS DE GERÊNCIA 2024

Paulo Salob
José
Paulo
[Signature]

BALANÇO

Balanço Individual em 31-12-2024

Moeda: EUR

RUBRICAS	NOTAS	Data	
		31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Outros créditos e ativos não correntes	7	6 231,90	6 231,90
		6 231,90	6 231,90
Ativo corrente			
Outros ativos correntes	12.1	700,00	382 854,69
Diferimentos	12.2	499,59	35,67
Caixa e depósitos bancários	4	74 045,48	94 075,50
		75 245,07	476 965,86
Total do ativo		81 476,97	483 197,76
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12.3	2 500,00	2 500,00
Resultados transitados	12.3	-69 174,03	-56 871,80
		-66 674,03	-54 371,80
Resultado líquido do período	12.3	49 267,13	-12 302,23
Total do Fundo Patrimonial		-17 406,90	-66 674,03
Passivo			
Passivo não corrente			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associad	3.1.2.5	20 389,17	25 389,17
		20 389,17	25 389,17
Passivo corrente			
Fornecedores	12.4	1 397,49	1 348,03
Estado e outros entes públicos	12.5	11 202,37	7 222,51
Diferimentos	12.2		466 380,10
Outros passivos correntes	12.6	65 894,84	49 531,98
		78 494,70	524 482,62
Total do passivo		98 883,87	549 871,79
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		81 476,97	483 197,76

A Entidade

Assinado por: Ana Paula Gonçalves Lúcio
Paulo Salob
Paulo Salob
Paulo Salob
Paulo Salob
Paulo Salob

A Contabilista Certificada

Assinado por: **Liseta Ferreira Azevedo**
Num. de Identificação: 10798462
Data: 2025.03.10 12:41:25 +0000
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**
Certificados CC n.º 83905
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 83905**



Publicação
fic *Paulo* *João*

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período Findo em 31-12-2024 Moeda: EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	8	70,00	345,00
Subsídios, doações e legados à exploração	9	544 642,47	416 722,37
Fornecimentos e serviços externos	12.7	-21 114,25	-22 014,98
Gastos com o pessoal	10	-473 744,45	-409 367,17
Aumentos/reduções de justo valor	7.2		603,34
Outros rendimentos	12.10	2 208,25	3 695,92
Outros gastos	12.8	-2 794,89	-677,50
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		49 267,13	-10 693,02
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5,6		-136,60
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		49 267,13	-10 829,62
Juros e gastos similares suportados	12.9		-1 472,61
Resultado antes de impostos		49 267,13	-12 302,23
Resultado líquido do período		49 267,13	-12 302,23

A Entidade

A Contabilista Certificada

Esse El Cristina Gonçalves Vieira
Paulo Miguel Gomes Salgado
Adriano José de Carvalho Naveira
António Alexandre Wilson Camelo Fidalgo
Vitor Manuel Paulo António Pereira

Assinado por: **Liseta Azevedo**
 Num. de Identificação: **11079882**
 Data: 2025.03.10 12:43:07+00'00'
 Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**
Certificados
 Atributos certificados: **Membro da OCC nº 83905**



Paulo Felizardo

[Handwritten signatures]

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa período Findo em 31 de Dezembro de 2024

Moeda: Eur

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2024	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		356,00	465,00
Recebimentos de subvenções			
Pagamentos a fornecedores		-21 211,07	-25 308,98
Pagamentos ao pessoal		-456 281,48	-394 932,04
	<i>Caixa gerada pelas operações</i>	-477 136,55	-419 776,02
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros Recebimentos/Pagamentos		-20,25	-16,96
	<i>Fluxos das atividades operacionais (1)</i>	-477 156,80	-419 792,98
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios de investimento			
	<i>Fluxos das atividades de investimento (2)</i>		
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			128 207,17
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Subsídios e doações		544 642,47	520 928,70
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-87 515,69	-135 679,78
Juros e gastos similares			
	<i>Fluxos de atividades de financiamento (3)</i>	457 126,78	513 456,09
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-20 030,02	93 663,11
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	94 075,50	412,39
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	74 045,48	94 075,50

[Handwritten signatures of the entity]

A Entidade

A Contabilista Certificada

Assinado por: **Liseta Ferreira Azevedo**
 Num. de Identificação: 10798462
 Data: 2025.03.10 12:44:08+00'00'
 Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**
Certificados
 Atributos certificados: **Membro da OCC nº 83905**



Anexo

1. Identificação da Entidade

1.1 Designação da Entidade

Coopcuidar – Cooperativa para o desenvolvimento e apoio bio-psico-social do portador de deficiência, CRL
NIPC 513580778

1.2 Sede

Rua do Cruzeiro de Ponte, n.º 62, Ponte
5000-355 Vila Real.

1.3 Natureza da Atividade

Atividades de Apoio Social para Pessoas com Deficiência sem alojamento e atividades em estabelecimentos para Pessoas com Doença do Foro Mental.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1- As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso n.º 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso n.º 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2- - Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL que produzissem efeitos nas demonstrações financeiras, pelo que a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade encontra-se assegurada.

2.3- Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Principais políticas contabilísticas

3.1.1. Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade e tomando por base o custo histórico.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de

rendimentos e gastos durante o exercício de reporte. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção, foram efetuadas com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso.

A Direção entende que as demonstrações financeiras anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira.

Tendo por base o disposto das NCRFs-ESNL as políticas adotadas pelas entidades foram as seguintes:

3.1.1.1- Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.1.2 - Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

3.1.1.3 - Consistência de Apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

Paulo J. ...
14
10/13

3.1.1.4 - Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.1.5 - Compensação

Devido à importância do ativo e passivo serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.1.6 - Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de forma consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

Neste sentido, destacamos a contabilização das participações mensais pagas pelo Instituto da Segurança Social para as diversas respostas sociais, que pela Circular 93/2023 de 10/11/2023 emitida pela União das Misericórdias Portuguesas, passam a ser contabilizadas como rédito (anteriormente contabilizadas como subsídios à exploração). Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

3.1.2. - Outras Políticas Contabilísticas (mensuração e reconhecimento)

3.1.2.1 - Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Equipamento administrativo	5

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.1.2.2 - Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 3 anos para os programas de computador.

Rubelinda
is
Pereira
sc
H

3.1.2.3 – Outros ativos não correntes

Os ativos não correntes existentes no Balanço são outros investimentos financeiros que não correspondem a participações no capital de outras empresas, dizem respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho e ao Fundo de Reestruturação do Setor Solidário.

3.1.2.4 - Inventários

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo: estes inventários encontram-se valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que as prestações de serviços são reconhecidas.

3.1.2.5 — Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

3.1.2.6- Instrumentos Financeiros

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre, que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

Utentes e outros ativos correntes

Os “Utentes” e as “Outros ativos correntes” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outros passivos correntes*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.1.2.7 - Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor, ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.1.2.8 - Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de*

Paulo Jalowitz
Paulo Jalowitz

tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

3.1.2.9 - Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

3.1.2.10 — Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados

como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período elou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "subsídios, doações e legados à exploração" da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento, exceto o valor das participações mensais pagas pelo Instituto da Segurança Social para as diversas respostas sociais que passam a ser contabilizados no réditio.

3.1.2.11 — Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.3- Principais pressupostos ao futuro

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2025.

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

Paulo Salgado
12/12/24
Paulo Salgado

3.1.4- Principais fontes de incerteza das estimativas

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

3.2. Alterações nas políticas Contabilísticas

Durante o exercício de 2024 não ocorreram alterações das políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período comparativo.

3.3 — Alterações nas estimativas contabilísticas

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos em períodos futuros.

4. Fluxos de Caixa

A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Meios financeiros líquidos	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	16,11	112,65
Depósitos à Ordem	74 029,37	93 962,85
Depósitos a Prazo		
Total	74 045,48	94 075,50

5. Ativos Fixos Tangíveis

Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Publiabando
Paulo

Ativos fixos tangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2022	Adições	Reclassificações	2023	Adições	Alienações /abates	2024
Equipamento administrativo	4 093,96			4 093,96			4 093,96
Sub-total	4 093,96			4 093,96			4 093,96
Depreciações e perdas por imparidade	2022	Adições	Regularizações	2023	Adições	Alienações /abates	2024
Equipamento administrativo	3 957,36	136,60		4 093,96			4 093,96
Sub-total	3 957,36	136,60		4 093,96			4 093,96
Quantias líquidas escrituradas	136,60	-136,60					

6. Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos intangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2022	Adições	Alienações /abates	2023	Adições	Alienações /abates	2024
Programas de computador	1 482,00			1 482,00			1 482,00
Sub-total	1 482,00			1 482,00			1 482,00
Amortizações e perdas por imparidade	2022	Adições	Alienações /abates	2023	Adições	Alienações /abates	2024
Programas de computador	1 482,00			1 482,00			1 482,00
Sub-total	1 482,00			1 482,00			1 482,00
Quantias líquidas escrituradas							

7. Investimentos Financeiros

Ver ponto 3.1.2.3 na nota 3 deste anexo

7.1

Entidades	2022	Aumentos	Reduções	2023	Aumentos	Reduções	2024
Fundo Compensação Trabalho	5 468,61	1 172,73	409,44	6 231,90			6 231,90
Total	5 468,61	1 172,73	409,44	6 231,90			6 231,90

7.2 As demonstrações financeiras devem divulgar o refletir quaisquer aumentos/reduções de justo valor.

Entidades	2024		2023	
	Aumentos	Diminuições	Aumentos	Diminuições
Fundo Compensação Trabalho			603,34	
Total			603,34	

8. Rédito

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Réditos reconhecidas no período	2024	2023
Prestação de Serviços	70,00	345,00
Total	70,00	345,00

9. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se na Demonstração dos Resultados como rendimentos do exercício que, em 2024, ascendem a 544 642,47€ (416 722,37€ em 2023) e foram atribuídos pelas seguintes entidades:

Entidades	2024	2023
POISE-03-4538-FSE-000468		94 996,83
Comparticipação Financeira ISS, I.P.	544 642,47	321 725,54
Total	544 642,47	416 722,37

10. Benefícios dos empregados

10.1 - O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2024 foi de 26 funcionários.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Paulo Roberto
ic
Paulo Roberto

Gastos com pessoal	2024	2023
Funcionários:	473 744,45	409 367,17
Remunerações	389 407,09	331 883,58
Encargos seg. social	78 752,78	66 429,88
Seguros	4 812,72	3 343,53
Outros	771,86	7 710,18
Total	473 744,45	409 367,17

10.2 – Os elementos que incorporam a Direção não são remunerados a título de vencimento pelos serviços prestados.

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

11.1 - A Entidade informa que não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora. Dando cumprimento ao estipulado no art.º 210º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a administração informa que se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11.2 – A Direção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em mora.

11.3 – A 31 de dezembro de 2024 não existiam salários em dívida aos funcionários.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Outros ativos correntes

A rubrica “*Outros ativos correntes*” tinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Outros Ativos Correntes		
POISE-03-4538-FSE-000468		266 563,49
Maria Otilia Vilela(valor da caução)	700	700,00
Instituto Segurança Social		115 591,20
Total	700,00	382 854,69

12.2 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Diferimentos	31/12/2024	31/12/2023
Ativo - Gastos a reconhecer		
Seguros	499,59	
Trabalhos Especializados		35,67
Total	499,59	35,67
Passivo - Rendimentos a reconhecer		
Subsídios à exploração POISE		274366,92
Comparticipação Financeira ISS, I.P.		192013,18
Total		466 380,10

12.3 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Entidades	2022	Aumentos	Reduções	2023	Aumentos	Reduções	2024
Fundos	2.500,00			2.500,00			2.500,00
Resultados Transitados	-75.510,73	18.638,93		-56.871,80			-56.871,80
Resultado Líquido	18.638,93	-12.302,23	-18.638,93	-12.302,23	36.964,90	12.302,23	36.964,90
Total	-54.371,80	6.336,70	-18.638,93	-66.674,03	36.964,90	12.302,23	-17.406,90

12.4 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Passivos	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	1.397,49	1.348,03
Total	1.397,49	1.348,03

12.5 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Pub Lebede
ic
luby

Estado e Outros Entes Públicos	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Total		
Passivo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	1 593,07	898,41
EOEP - Segurança Social	9 609,30	6 324,10
EOEP - Outros		
Total	11 202,37	7 222,51

12.6 Outros passivos Correntes

A rubrica “*Outros passivos correntes*” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Passivo		
Credores por acréscimo de gastos	65560,89	49531,98
Outros	333,95	
Total	65 894,84	49 531,98

Nos credores por acréscimo de gasto destacam-se os valores do subsídio de férias, do mês de férias e respetivos encargos vencidos em 31.12.2024 mas cujo pagamento só ocorrerá em 2025.

Acréscimos	31/12/2024	31/12/2023
Férias e Sub. Férias a liquidar	65894,84	49169,98
Electricidade, água, comunicação a liquidar	333,95	367
Total	66 228,79	49 536,98

12.7 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “*Fornecimentos e serviços externos*” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

FSE	2024	2023
Trabalhos especializados	4 554,33	7 167,00
Materiais	1 140,15	1 023,54
Energia e Fluidos	1 991,40	1 152,77
Comunicação	2 783,15	3 199,02
Rendas e alugueres	8 834,70	8 400,00
Seguros	14,49	14,49
Limpeza, higiene e conforto	1 463,53	641,81
Outros FSE	332,50	416,35
Total	21 114,25	22 014,98

12.8 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros Gastos	2024	2023
Taxas	91,66	110,03
Correções Periodos Anteriores	2 703,23	567,07
Quotizações		0,40
Total	2 794,89	677,50

12.9 Juros e Gastos Similares Suportados

Nos períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos relacionados com juros e similares:

Gastos e perdas de financiamento	2024	2023
Despesas Bancárias e Comissões		1 472,61
Total		1 472,61

12.10 Outros Rendimentos

A rubrica de “Outros Rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Paula Almeida
João
Paula

Outros rendimentos	2024	2023
Correções de períodos anteriores	581,25	420,17
Benefícios de Penalidades Contratuais		1 546,67
Donativos	1 627,00	1 726,70
Outros		2,38
Total	2 208,25	3 695,92

12.11 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

12.12 Proposta de aplicação de resultados

A proposta de aplicação de resultados é a transferência do resultado líquido positivo de 49 267,13€ para Resultados Transitados.

Vila Real, 10 de março de 2025

A Direção

A Contabilista Certificada

Isabel Cristina Gonçalves Leão
Paula Regina dos Santos
Ana Maria dos Santos
Paula Alexandra Wilson
Vera Lucia dos Santos

Assinado por: **Liseta Ferreira Azevedo**
Num. de Identificação: **10798482**
Data: 2025.03.10 12:45:11+0000
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**
Certificados
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 83905**



Coopcuidar – Cooperativa Para o Desenvolvimento e Apoio Bio-Psico-Social do
Portador de Deficiência, CRL
Contribuinte nº 513 580 778

Paulo Roberto
Ferreira
Roberto
H

DECLARAÇÃO

Declara-se, para os devidos efeitos e para depósito de contas do ano de 2024, que a esta Entidade não lhe é exigida a certificação de revisor oficial de contas para proceder à revisão legal, uma vez que não ultrapassou durante dois anos consecutivos, dois dos três limites referidos nas alíneas a), b) e c) do art.º 262º do Código das Sociedades Comerciais.

31 de dezembro de 2024

A Direção,

~~Sociedade~~ Cristina Gonçalves Leão
Paulo César Gomes Felício dos Santos
Luís Filipe de Carvalho Pereira
Rui Alexandre Vilas Canele Falcão Reis
Vitor Manuel Duarte Almeida Pereira

MAPA COMPARATIVO DE GASTOS E RENDIMENTOS

Rubrica	Descrição	Contas de Gerência		Variação
		2024	2023	
61	C.M.V.M.C			0,00 €
62	Fornecimentos e Serviços Externos	21 114,25 €	22 014,98 €	-900,73 €
6221	Trabalhos especializados	4 049,17 €	3 943,49 €	105,68 €
6222	Publicidade e propaganda		193,47 €	-193,47 €
6223	Vigilância e segurança		365,29 €	-365,29 €
6224	Honorários	159,90 €	2 564,63 €	-2 404,73 €
6227	Serviços Bancários	32,64 €	100,12 €	-67,48 €
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2,50 €	63,60 €	-61,10 €
6233	Material de escritório / economato	1 087,37 €	959,94 €	127,43 €
6234	Artigos para oferta	50,28 €		50,28 €
6241	Electricidade	1 247,36 €	705,83 €	541,53 €
6242	Combustíveis		63,90 €	-63,90 €
6243	Água	744,04 €	383,04 €	361,00 €
6251	Deslocações e estadas	1,00 €		1,00 €
6261	Rendas e alugueres	8 834,70 €	8 400,00 €	434,70 €
6262	Comunicação	2 783,15 €	3 199,02 €	-415,87 €
6263	Seguros	14,49 €	14,49 €	0,00 €
6265	Contencioso e notariado	331,50 €	416,35 €	-84,85 €
6267	Limpeza, higiene e conforto	1 463,53 €	641,81 €	821,72 €
6268	Outros Serviços	312,62 €		312,62 €
63	Gastos com o pessoal	473 744,45 €	409 367,17 €	64 377,28 €
632	Pessoal	389 407,09 €	331 883,58 €	57 523,51 €
635	Encargos sobre remunerações	78 752,78 €	66 429,88 €	12 322,90 €
636/638	Seguro Acid Trabalho/Medicina	5 584,58 €	11 053,71 €	-5 469,13 €
64	Gastos de depreciação e de amortização		136,60 €	-136,60 €
66	Perdas Redução Justo Valor		0,00 €	0,00 €
68	Outros Gastos	2 794,89 €	677,50 €	2 117,39 €
6813	Taxas	91,66 €	110,03 €	-18,37 €
6881	Correções relativas a exercicios anteriores	2 703,23 €	567,07 €	2 136,16 €
6883	Quotizações			0,00 €
6888	Outros não especificados (Bolsas, Doc Inc, multas)		0,40 €	-0,40 €
69	Gastos de financiamento		1 472,61 €	-1 472,61 €
	Total de Gastos	497 653,59 €	433 668,86 €	63 984,73 €

A Direção

Isabel Cristina Gonçalves Leão

A Contabilista Certificada
Assinado por: **Liseta Ferreira Azevedo**
Num. de Identificação: 10798462
Data: 2025.03.10 12:46:11+00'00'
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**
Certificados
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 83905**



Pub. Salob
/ic &
ho 13 f



MAPA COMPARATIVO DE GASTOS E RENDIMENTOS

Rubrica	Descrição	Contas de Gerência		Variação
		2024	2023	
71	Vendas	0,00 €		0,00 €
72	Prestações de serviços	70,00 €	345,00 €	-275,00 €
722	Quotas	70,00 €	345,00 €	-275,00 €
74	Trabalhos para a própria entidade			0,00 €
75	Subsídios, doações e legados à exploração	544 642,47 €	416 722,37 €	127 920,10 €
	POISE-03-4538-FSE-000468		94 996,83 €	
	Comparticipação Financeira ISS, I.P.	544 642,47 €	321 725,54 €	222 916,93 €
77	Ganhos por aumentos de justo valor		603,34 €	-603,34 €
78	Outros rendimentos	2 208,25 €	3 695,92 €	-1 487,67 €
	Benefícios Penalidades Contratuais		1 546,67 €	-1 546,67 €
	Correções relativas a exercícios anteriores	581,25 €	420,17 €	161,08 €
	Donativos	1 627,00 €	1 726,70 €	-99,70 €
	Outros rendimentos		2,38 €	-2,38 €
79	Juros, divid e outros rendimentos similares	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Total de Rendimentos	546 920,72 €	421 366,63 €	125 554,09 €
Resultado de exploração		49 267,13 €	-12 302,23 €	61 569,36 €

Variação Pessoal	
Anos	
2024	26
2023	23

Tipo AFT	
Edifícios	
E. Básico	
E. Administrativo	
E. Transporte	
Outros	
AFT em curso	
TOTAL	

A Direção

A Contabilista Certificada

Liseta Ferreira Azevedo

Assinado por: **Liseta Ferreira Azevedo**
Num. de Identificação: 10798462
Data: 2025.03.10 12:47:11+00'00'
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**
Certificados
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 83905**



RELATÓRIO DE GESTÃO

(Exercício de 2024)

Ex.mos Sócios

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos nº 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão da **CoopCuidar – Cooperativa para o desenvolvimento e apoio bio-psico-social do portador de deficiência, CRL** relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

1 – APRECIÇÃO GLOBAL DA GESTÃO

No exercício de 2024, a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício Positivo de 49 267,13€, cumprindo sempre as leis e regulamentos aplicáveis, tendo sempre presente que, uma adequada estrutura organizacional conduzindo a uma segurança razoável na consecução dos objetivos que se espera manter no ano 2025.

2 – EVOLUÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

(Análise do volume de negócios relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).

Evolução do volume de negócios

	2024	2023	Incremento nas Vendas	
			Valor	%
Prestação de Serviços	70,00	345,00	-275,00	-0,11%
Volume de Negócios	70,00	345,00	-275,00	-0,11%

3 – *EVOLUÇÃO DOS GASTOS (Análise das principais rubricas de gastos, também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal; gastos de depreciação e de amortização e gastos e perdas de financiamento)*

Quadro da Evolução dos Gastos

	2024	2023	Incremento	
			Valor	%
FSE				
Trabalhos Especializados	4 308,33	3 943,49	364,84	9,25%
Publicidade e Propaganda		193,47	-193,47	-100,00%
Honorários	159,90	2 564,63	-2 404,73	-93,77%
Ferramentas e Utensílios	2,50	63,60	-61,10	-96,07%
Eletricidade	1 991,40	705,83	1 285,57	182,14%
Combustíveis		63,90	-63,90	-100,00%
Comunicação	2 783,15	3 199,02	-415,87	-13,00%
Outros	11 868,97	11 281,04		
TOTAL FSE	21 114,25	22 014,98	-900,73	-4,09%
Gastos Com Pessoal	473 744,45	409 367,17	64 377,28	15,73%
Depreciações e Amortizações		136,60	-136,60	-100,00%
Perdas redução justo valor				
Outros Gastos	2 794,89	677,50	2 117,39	312,53%
Juros				
Outros Gastos de Financiamento		1 472,61	-1 472,61	-100,00%
Total dos Gastos e Perdas Financ.		1 472,61	-1 472,61	-100,00%
Total dos Gastos e Perdas	497 653,59	433 668,86	63 984,73	14,75%

4 – *EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS (Análise das principais rubricas de rendimento, também relativamente ao período anterior e suas variações)*

Dentro das rubricas de rendimentos destacam-se os Subsídios à Exploração que ascenderam em 2023 a 544 642,47€ (416 722,37€ em 2023).

Quadro da Evolução dos Rendimentos

	2024	2023	Incremento	
			Valor	%
Prestação de Serviços	70,00	345,00	-275,00	-79,71%
Subsídios à exploração	544 642,47	416 722,37	127 920,10	30,70%
Ganhos por aumentos de justo valor		603,34	-603,34	-100,00%
Outros rendimentos	2 208,25	3 695,92	-1 487,67	-40,25%
Total dos Rendimentos	546 920,72	421 366,63	125 554,09	29,80%

5- *INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO*

(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)

Não houve qualquer investimento nos anos de 2024 e 2023.

6- *TERCEIROS*

As dívidas de terceiros, de clientes, Estado e outros ativos correntes, ascendem a 700€ (382 854,69€ em 2023).

As dívidas a fornecedores, ao Estado, a instituições de crédito e outros passivos correntes ascendem a 78 485,70€ (83 491,69 € em 2023).

7- *FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO*

Não se considera terem existido, após o termo do exercício e até à presente data, factos relevantes a assinalar, que exigissem ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras.

8- *PRINCIPAIS RISCOS*

A atividade da Entidade comporta em si uma variedade de riscos aos quais está exposta, designadamente, risco de liquidez e risco jurídico.

Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz a capacidade da entidade fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em atenção os recursos disponíveis.

Esta Entidade procura garantir que a estrutura de financiamento é adequada à natureza das suas obrigações. Riscos jurídicos

A Entidade está sujeita a leis e regulamentos nacionais. A gestão dos riscos jurídicos é efetuada pela Direção em conjunto com assessoria jurídica externa, por forma a assegurar a proteção dos interesses da Entidade no respeito pelo cumprimento dos seus deveres legais.

9- DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos termos legais, informamos neste relatório de gestão que a Entidade não se encontra em mora por quaisquer dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Autoridade Tributária e à Segurança Social.

10- AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A ENTIDADE E OS SEUS DIRETORES

Não foram concedidas quaisquer autorizações, nos termos art.º 397.º do CSC, pelo que nada há a indicar para efeitos da alínea e) n.º 5.º do art.º 66.º do CSC.

11- EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ENTIDADE

A Direção em funções tudo fará para continuar a melhorar os serviços prestados aos seus utentes, bem como a gerir os seus recursos de forma a garantir o cumprimento da sua Missão Social.

Apesar da atual inflação nos produtos e serviços, é convicção da Direção que os efeitos negativos desta situação, a existirem, não colocarão em causa a continuidade das suas atividades, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024.

12- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2024 será proposta a transferência do resultado líquido positivo de 49 267,13€ para Resultados Transitados.

13- AGRADECIMENTOS

Aos nossos clientes e utentes, e aos nossos fornecedores expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Paulo Lobato
F. &
Lobato

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Vila Real, 10 de março de 2024

A Direção

Isabel Amstutz, Gonçalves Leão
Paulo Miguel Gomes Lobato dos Santos
Pedro José de Carvalho Branco
Paulo Alexandre Unidos com o Felício Rui
Vitor Manuel Silva Manuel Pereira